

# CONSELHO MUNICIPAL DE TRADIÇÕES GAÚCHAS

## CMTG

ATA Nº 76/2019

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e dezenove, na Sala dos Conselhos Municipais, reuniram-se ordinariamente os seguintes conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Tradições Gaúchas: Hiran Antunes, do CTG Candeeiro da Amizade; Micheli Katiani Rech e sua suplente Iris Lenz Ziani, da Secretaria Municipal de Educação, e Volmir Iser do Piquete Querência Amada. Estavam presentes Elio F. Machado, do PTG Orelhanos do Rio Grande; Luis Fernando Porcher, do CTG Herança Farroupilha; Sergio M. Farias, PTG Esteio da Tradição; Carlos Daniel Severo, do PTG Querência Amada e Edson A. Martin, PTG Pala Velho. O presidente, Hiran, saudou os presentes e solicitou a leitura da ata anterior, que após de lida foi aprovada pelos conselheiros presentes. Na sequência, Hiran lembra que várias entidades não encaminharam representantes para o CMTG e que o mandato é de um ano sendo que o período termina em 06/08/2019. Prosseguindo, Hiran solicita que a pauta da reunião será para analisar a proposta do Projeto de Lei Nº 035/2019, que fixará preços e regulamenta a utilização do Centro de Eventos Tradicionalistas Jurema Tornquist, localizado em Linha Henrique D'Ávila, com uma área superficial de 40.000,00 m<sup>2</sup> (quarenta mil metros quadrados) e as benfeitorias existentes. É projetado o projeto de lei. Hiran pede para Iris e Micheli realizarem a leitura e que quando alguém tiver alguma coisa a acrescentar que se manifeste. É iniciada a leitura do mesmo. No Artigo 2º, inciso II arrumar "RODEIO". No paragrafo único sobre a questão das atividades tradicionalistas afins, Iris questiona o que eles entendem sobre. Volmir, Carlos e Luiz Fernando relatam que pode ser gineteadas, tiro de laço, corridas, vaca parada, treinos, entre outras. Iris questiona se há cobrança de ingressos. Colocam que podem haver cobrança de ingressos. Vários relatam sobre os rodeios e os tipos. Luiz Fernando relata que em Candelária e em Santa Cruz não cobram para os rodeios. Santa Cruz somente cobra se outras entidades de fora do município usam mas se é do município não é cobrado. Luiz Fernando coloca que é muito cobrar o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), porque se falta água, daí tem que ser providenciado, como já aconteceu, e quem irá providenciar, o município ou a entidade que esta alugando. E a questão da luz quando a rede não aguenta, quem arcará com o gerador. Volmir coloca que a questão da ambulância, nem todos os municípios cortaram, mas Vera Cruz já cortou a cedência da ambulância. Iris diz que Marcelo fez média dos gastos e levantamento na região para chegar a esses valores, o objetivo é que seja sustentável. Michele ressalta que o objetivo que as entidades opinem sobre a proposta e após de aprovado seja encaminhada a Câmara de Vereadores. Discutem sobre os valores e não concordam, acham altos. Em relação a artigo 6º foi discutido e esclarecido que o município tem autonomia de fazer uso e emprestar sem custos. Em relação a proposta de lei os participantes das entidades tradicionalistas não concordam com os valores propostos. Na sequência é lido o Regulamento Geral de Uso, onde é sugerido por a questão dos alvarás e da participação. Discutem sobre a autorização para realizar treinos com antecedência. Volmir diz que se deve recorrer pois tem o aluguel, mais gerador, mais a ambulância, mais o electricista, mais as taxas. Luiz Fernando diz que devemos questionar o Marcelo sobre pois, não pode ficar assim. Quanto ao artigo 4º do regulamento, os mesmos concordam. É relatado que todos devem cuidar e ser responsáveis para não acontecer durante o evento. Volmir diz que o pior acontece quando não há evento, porque não tem portão e assim qualquer um entra. Micheli ressalta que o município entregará em plenas condições de uso, isto está bem claro. As multas devem ser especificadas melhor. No artigo 9º é discutido a questão PPCIs e a questão do alvará de vigilância sanitária. Micheli explica que entrará em vigor conforme relatado na quinta-feira passada, pode ser feitos os alvarás para eventos temporários. Iris complementa com um exemplo de quermesse. Micheli ressalta que qualquer dúvida devem se dirigir ao Corpo de bombeiros e solicitar informações. É relatado que evento aberto não precisa. Iris explica que os eventos abertos, como por exemplo, na Praça, Feliz Cidade, a Secretaria de Cultura providencia os alvarás necessários. Volmir sugere em formar uma comissão das entidades para que sentem com os vereadores e o prefeito para que eles resolvam

essas taxas. Michele questiona se em relação aos valores de aluguel. Eles colocam que sim, é disso que se trata. Micheli reafirma que está sendo apresentado para discussão e deve ser repassado ao Marcelo, e após de estar de acordo será somente encaminhado a Câmara de Vereadores. Colocam que é muita responsabilidade e não tem retorno, nem a ambulância tem a disposição. Carlos Severo relata que o problema da energia e quando tem problema é o eletricitista da prefeitura vem com o caminhão da prefeitura mas é pago uma taxa para ele. Hiran também coloca que duas vezes chamaram o mesmo e pagaram. Michele diz que o mesmo pode atender de forma particular quando não está de plantão. Carlos relata que vem com o caminhão da prefeitura e cobra para fazer o serviço. Farias coloca que também foi atendido mas não estava com o caminhão da prefeitura. Não concordam em pagar o aluguel mais a taxa do eletricitista se há problemas durante o evento. Prosseguindo, Luiz Fernando, questiona porque o projeto inicial da infraestrutura não foi executado, pois o atual não tem as mínimas condições. Discutiram sobre a obra do Parque que não está como foi apresentado inicialmente. Relatam que a copa, os banheiros estão trocados de lugar e além acham que foi muito oneroso pelo que foi feito. Luiz diz que não sabem a força que os tradicionalistas de Vera Cruz tem mas não se tem retorno. Farias sugere que primeiro se devia ter clareza que a prefeitura dará de retorno e depois vir as cláusulas de cobrança para as entidades. Conversam sobre o não auxílio do município. Volmir diz que quando a ATV era responsável gastava em torno de seis mil reais por ano de luz. Iris questiona ao Volmir que foi presidente da ATV, porque não queriam mais a sessão de uso do Parque. É explicado porque a ATV tinha que pagar visita e por isso não tinha retorno. Detalham custos de rodeios. Michele relata que está percebendo nos últimos anos, participando no CMTG, que não precisava ter chegado a esse ponto, mas as entidades não estão participando das reuniões. Iris ressalta novamente da não participação no CMTG. Farias diz que não participam pois não se resolve nada, para participar gosta de ouvir o que interessa e não ouvir coisas que não gostam de ouvir. Micheli diz que o CMTG não é discutido somente rodeios e sim o tradicionalismo. Elio complementa que o problema das entidades é que não tem sede por isso somente tem rodeios e não tem como fazer outras atividades. Volmir relata sobre o mandato dele na ATV como funcionava. Luiz diz que o município não pode fechar as portas, no passado ajudava com valores para cada evento. Iris esclarece que o município deve obedecer a legislação vigente, e não é municipal e sim federal. Explica como poderia ser se estivessemos regulamentado o Fundo da Cultura e a importância de estar informado, unido para pedir mudanças que atendam as necessidades das entidades. Após a discussão Hiran propõe realizar uma reunião extraordinária com a participação do Marcelo para propor as alterações. Iris pergunta se a proposta seria como, por pagar o usado quanto a energia, a água. Dizem que não, pois a água não tem custo é do município. Iris esclarece que a água tem custo sim, precisa de tratamento. Volmir diz que a ATV deveria existir e a prefeitura não está legalizando ela. Iris esclarece que a ATV é uma associação e não é o município e sim dos associados, o município não tem ingerência sobre a mesma. Volmir afirma que sim é da competência do município manter ela legalizada isso está previsto no estatuto e é necessário para a busca de verbas. Iris pede escusas, pois não tem ciência que isso esta definido no estatuto. Micheli ressalta que o CMTG sempre teve vontade de encaminhar projetos solicitando recursos para a Semana Farroupilha, mas por falta da participação sempre organizamos a Semana quase no limite de acontecer a mesma. É colocado que tem muitas taxas. Iris ressalta que as entidades sem fins lucrativas não precisam pagar a taxa de alvará para a renovação anual e isso já é um benefício. Quanto a análise da proposta não concordam com os valores e com as responsabilidades. É sugerido que a participação das entidades participarem nas festividades da Semana Farroupilha e do CMTG tenham um benefício no pagamento. É sugerido um concurso de declamação na Semana Farroupilha junto as escolas. Hiran encerra a reunião convidando para uma extraordinária no dia 13 de maio. Nada mais a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Iris Lenz Ziani, conselheira suplente, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e demais conselheiros presentes. Vera Cruz, 06 de maio de 2019.